

POLÍTICA

RELATOR SOB PRESSÃO

‘Realizamos um trabalho técnico’, afirma Nardes

Em nota, ministro do TCU que analisa as contas de 2014 do governo diz que não vai se acovardar

Minutos após o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, entregar ao Tribunal de Contas da União (TCU) o pedido de afastamento do ministro Augusto Nardes da relatoria do processo de apreciação das contas de 2014 do governo, o relator distribuiu ontem uma nota repudiando a postura do governo. “O governo está tentando intimidar a mim e ao Tribunal de Contas da União, mas não vamos nos acovardar. Realizamos um trabalho técnico de forma eficiente e coletiva na análise das contas”, afirmou Nardes no comunicado.

O relator ainda negou que tenha vazado seu voto para a imprensa. “Não antecipei meu voto em momento algum e nem divulguei relatório e voto relativo ao julgamento das contas de 2014 para a imprensa. Não fui o res-



Nardes nega ter divulgado relatório

ponsável por dar publicidade às informações. Essa divulgação não foi feita pelo meu gabinete.” Nardes voltou a esclarecer que apenas disponibilizou seu voto aos demais ministros do TCU até cinco dias antes da sessão de análise das contas, marcada para amanhã, como prevê o regimento interno da Corte.

Após entregar o pedido ao presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, Adams foi ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para uma

solenidade. No STJ, ele rebateu as acusações de intimidação. Adams reiterou que o regimento do TCU impede que um ministro da Corte emita opinião sobre o processo que vai julgar. “Querer que ele cumpra a lei deve fazê-lo se sentir intimidado. Estamos falando em aplicar uma regra objetiva, uma regra que o tribunal já disse como deve ser aplicada, uma regra que foi estabelecida pelos magistrados e membros do tribunal.” O pedido de afastamento de Nardes da relatoria do caso foi anunciado no domingo, em entrevista concedida por Adams e os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Nelson Barbosa (Planejamento).

O primeiro pedido de esclarecimentos sobre as contas de 2014 foi feito em junho pelo TCU. Entre as irregularidades analisadas estão as chamadas “pedaladas fiscais”, que consistem no atraso dos repasses para instituições financeiras do dinheiro de benefícios sociais e previdenciários. A manobra obriga instituições como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil a usarem recursos próprios para honrar os compromissos, em uma espécie de “empréstimo” ao governo.

Oposição contra-ataca

Ex-ministra da Casa Civil do governo Dilma Rousseff, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) chamou ontem o ministro Augusto Nardes, do TCU, de “golpista”. “Só há um lugar na história para o ex-deputado Augusto Nardes: ao lado de golpistas que conspiram contra a democracia.” Senadores da oposição e independentes reagiram em plenário e acusaram o governo de tentar evitar a rejeição das contas de Dilma.

Para o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Gleisi cometeu um “insulto à inteligência” dos técnicos do TCU que embasam as decisões da Corte. “É uma chicana para tentar tumultuar um processo levantando a arguição de suspeição, quando não há nada que justifique isso.” O presidente do Dem, senador Agripino Maia (RJ), classificou de injustiça o governo anunciar no fim de semana que tentaria

afastar Nardes. “Julgo uma injustiça com o ministro Nardes, que está procurando cumprir seu dever, sua obrigação, e que pode ser enxovalhado, entregue ao pelourinho por coisas que não fez. Pelo contrário, ele está procurando zelar pelo interesse público.”

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que tem atuação independente, disse que o governo quer “empurrar com a barriga” o julgamento para 2016. “Daqui a dois meses temos recesso aqui e no TCU. E vamos nessa ‘embromation’, para que não se conheça devidamente o caso.” Em nota, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) afirmou que “o governo age como um time que, vendo que está perdendo de goleada a partida, pede para mudar o juiz”. Para o tucano, a ação do governo é uma tentativa “patética” de tentar desqualificar o TCU e os pareceres técnicos da instituição.

Cardozo: briga no ‘tapetão’

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, rebateu ontem as críticas da oposição de que o pedido de suspeição do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, feito ontem pela Advocacia Geral da União (AGU), seja uma tentativa de atrasar a análise das contas da presidente Dilma Rousseff. Cardozo atribuiu as críticas aos que “querem no tapetão, conseguir um resultado que não conseguiram nas urnas”. Ele disse que um magistrado deve agir com imparcialidade e se pronunciar nos autos. Para ele, a medida é normal no estado de direito e são “autoritários” os que se manifestaram contra a iniciativa do governo de pedir a suspeição do relator do processo que analisa as contas de 2014 do governo.



Dilma disse que trocas na equipe buscam equilíbrio na coalizão que a elegeu

REFORMA NA ESPLANADA

Novo ministro faz críticas

A presidente Dilma Rousseff disse ontem, na posse dos dez novos ministros anunciados na última sexta-feira, que a nova configuração do governo busca mais equilíbrio. A reforma ministerial teve o objetivo de pacificar a base no Congresso, onde tramitam pautas-bomba e pedidos de impeachment contra Dilma. “Queremos garantir mais equilíbrio à coalizão que me elegeu e que deve governar comigo”, afirmou Dilma. As trocas ampliaram os poderes o PMDB, partido do vice Michel Temer.

Após ser empossado ministro das Comunicações, André Figueiredo, ex-líder do PDT na Câmara, manteve as críticas à política econômica do governo. Segundo ele, as medidas de ajuste fiscal são “antipáticas” e “penalizam” a população. Figueiredo propôs ainda

que seja apresentada uma alternativa à reedição da CPMF, dizendo ser “difícil” a aprovação da proposta encaminhada pelo governo. Em agosto, quando ainda liderava a bancada do PDT, Figueiredo entrou em confronto com o governo, quando a Câmara analisava medidas do ajuste fiscal, adotando posição independente nas votações do partido em plenário.

Os ministros que assumiram, além de Figueiredo, são: Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) Miguel Rossetto (Trabalho e Previdência Social), Nilma Lino Gomes (Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos), Marcelo Castro (Saúde), Aloizio Mercadante (Educação), Jaques Wagner (Casa Civil), Aldo Rebelo (Defesa), Celso Pansera (Ciência, Tecnologia e Inovação) e Helder Barbalho (Portos).

direto ao ponto

Piratini pode não ter acordo para votar RPV

■ Projeto de maior relevância apto a ser votado na Assembleia Legislativa gaúcha na tarde de hoje, a redução do limite de pagamento das RPV's de 40 para sete salários mínimos pode não ter acordo entre os líderes de bancadas para ser incluído na pauta. O líder do governo, deputado Alexandre Postal (PMDB), afirma que ainda é necessário construir a posição na base do governo. “Se eu tivesse a confirmação de todos os votos da base, já dava garantia que votaríamos amanhã (hoje). Senão deixamos pra semana que vem”, disse. A oposição, e entidades como a OAB-RS, já manifestaram posição contrária à aprovação da matéria.

Pleno do TJ-RS proíbe corte de salários

■ O governo do Estado não poderá parcelar ou atrasar o pagamento dos salários dos servidores do quadro geral do funcionalismo. A decisão, que tinha caráter liminar, agora é definitiva e impede que a administração de José Ivo Sartori (PMDB) retenha parte ou a integralidade dos vencimentos. Conforme a presidente do Sindicato dos Servidores do Quadro-Geral, Terezinha Arnoud, a decisão representa uma vitória para famílias de 27 mil servidores. “É uma das categorias que recebem os mais baixos salários do Estado. Ao mesmo tempo, significa uma derrota para um governo que insiste em não cumprir a lei”, desabafou Terezinha.

ANS - nº 39.280-4

abrace o outubro rosa.

Centro Clínico Gaúcho
Planos de Saúde Empresariais